



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO
GABINETE DA 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM**

Comarca	BELÉM
Unidade inspecionada	GABINETE DA 11ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Competência da unidade	CÍVEL EMPRESARIAL E SUCESSÕES
Data de inspeção/edital	29.05.2023
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	Fabio Araújo Marçal
Responsável pelo preenchimento do questionário da CGJ	Breno Peck de Barros Mello (analista judiciário lotado na CGJ mat. 125482)

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO GABINETE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

FABIO ARAÚJO MARÇAL, em exercício desde fevereiro de 2021.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

- Férias: 01.03.2023 a 20.03.2023
- Folgas compensatórias: 17 a 20/04
- Licenças: prejudicado

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

20-23 de fevereiro de 2023

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

A unidade informou que não havia nenhum. Contudo, foram localizados procedimentos na CGJ e na Ouvidoria, abaixo.

- PP nº 3492-41.2022.2.00.0814: inspeção do CNJ;
- PP nº 0001837-97.2023.2.00.0814: procedimento aberto para cobrar realização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

de correição na vara;

- REP nº 0001722-93.2023.2.00.0814: conclusos em 04/05/2023 com manifestação do Juízo;
- REP nº 0000512-87.2023.2.00.0814: conclusos em 19/05/2023 com manifestação do juízo.

Pela ouvidoria:

Protocolo 232.056.671.497: sobre Morosidade Processual no Processo: 0837115-98.2018.8.14.0301, com Data do recebimento em 14/03/2023 e prazo de resposta de 20 (vinte) dias (cf. art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça), sem cumprimento, já reiterado pela Ouvidoria em 25/05/2023.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Foi informado que a última reunião havia ocorrido em 15.05.2023

A inspeção constatou haver dois planos de ação, verificando que foram realizados com orientação do DPGE, utilizando métodos (4W) etc.

Entretanto, identificou-se que faltam elaborar etapas intermediárias, passos entre o objetivo e sua consecução, sendo a unidade orientada a revisar o plano de ação neste sentido. Foi também orientada a realizar revisões periódicas do plano de ação de forma a adaptar a estratégia às mudanças que ocorrerem, a cada 3 meses.

1.6. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se serviço remoto indicar o nº do expediente que autorizou a modalidade.

Foi respondido que o magistrado se encontra exercendo a atividade de forma presencial.

1.7. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6. /2023?

Foi respondido que as determinações de ambas as resoluções são observadas pelo magistrado e pela unidade.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
---------------------------	--------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Efetivos(as)	3 servidores
Exclusivamente comissionados(as)	1 assessor
Cedidos(as)/Requisitados(as)	Não há
Estagiários(as)	1 (não consta da lista abaixo)
Terceirizados(as)	Não há

SubÁrea Forum Cível
Lotação Gabinete da 11ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belem
Gestor(a) Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones (91)3205-2152
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Andrea Regina de Jesus Barros Rodrigues	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Carolina Batista Marques Mergulhao	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Leticia Furtado do Espirito Santo	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Marina Mota e Silva	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Rafael Deirane de Oliveira	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Trata-se da servidora MARINA MOTA E SILVA. Há controle de produtividade mensal.

A servidora participou da inspeção por videoconferência, prestou esclarecimentos a respeito do Plano de Trabalho, informando que há ajuste semanal, porém verbal. Foi informado que a produtividade exigida e cumprida é baixa.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Foi informado que o controle é mensal, conforme plano.

Questionada, a unidade queixou-se da impossibilidade do PJE de emitir relatórios como fazia o sistema LIBRA, no que foi esclarecido que, para esta função, deverá usar o Painel de Gestão Judiciária - PGJ.

A unidade então foi orientada a focar sua produtividade nos atos típicos de gabinete (basicamente “minutar”) em oposição a atos de movimentação ou cumprimento, compreendendo que cada ato tem “pesos” conforme suas complexidades.

A unidade está ciente do Painel de Atividades, mas também foi orientada a registrar produtividade de atos que não são registrados pelo sistema, que deverá constar de plano de ação, em especial servidor assinalado para este tipo de ato, como por exemplo, atendimento ou triagem dos processos.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

A unidade esclarece que realiza acompanhamento mensal, conforme plano de gestão. Contudo, como já mencionado, o plano da unidade tem datas muito distantes, e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

demanda prazos mais curtos e tarefas mais específicas para acompanhamento e revisão.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Nada consta

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. Processos judiciais:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 23/05/2023

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	6058	5.558
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	152	152
Total do acervo com prioridade	591	599
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	1446	1446
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	1345	1.371
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	275	315
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	19	28

4.2. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

A unidade relatou, na data em que enviou informações, haver 11 processos com prioridade paralisados há mais de 100 dias, na UPJ:

4.3. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

A unidade respondeu positivamente, e explicou seu método, abaixo transcrito:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

“Utiliza-se o sistema IEJud. Para evitar o acréscimo de processo paralisados, a unidade acessa o segmento “movimentação” e insere os índices 1-80 no filtro “paralisados entre dias”, o que permite antever os processos que ingressarão nesta condição e adotar as medidas necessárias.”

Na inspeção a Corregedoria reconheceu o método como boa prática, porém necessitando de ajuste. O “ataque” não pode ocorrer na faixa de paralisação 1-80 dias, mas idealmente entre 60-99 (considerando a situação específica da unidade, foi orientada a iniciar na faixa 80-99 e depois ampliar até 50-99).

A paralisação na secretaria necessita ser analisada estrategicamente, atentando-se para as caixas que provavelmente criarão demanda para o gabinete (p. ex. “prazo em curso”).

Foi levantada questão a respeito da dificuldade de encontrar peritos médicos como influenciador da paralisação dos processos. Há processos que aguardam perícia por este motivo, inclusive este expediente sendo relatado como estratégia de defesa para retardamento de processos (há exigência de especialidades pouco comuns). Muitos médicos são vinculados a planos de saúde e não atuam em feitos em que seus planos são parte, alegando conflito de interesses. A unidade foi orientada a reforçar esta questão no bojo da correição anual.

4.4. Fluxo Processual nos últimos 3 (três) meses:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	395
Total de processos julgados	363
Total de processos baixados definitivamente do acervo	473

4.5. Produtividade do(S) Magistrado(S) nos últimos 3 (três) meses:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária 01.03.2023 A 22.05.2023*

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	306
Despachos	992
Sentenças com resolução de mérito	395
Sentenças sem resolução de mérito	279
Audiências realizadas	13

4.6. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

5. METAS NACIONAIS

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

A unidade remeteu dois planos de ação. Um deles foi elaborado a partir de Método 4W (Who, What, When, Where), no que se constata um diagnóstico relativamente bom dos problemas da unidade.
O outro plano de ação foi elaborado nos típicos parâmetros do DPGE, com boa identificação das questões da unidade.
Ambos utilizam tarefas amplas, com prazos que se estendem até o final do ano, sem revisão e atualização por etapas.

5.2. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?

A unidade informo que sim

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023?

(v. Painel de Gestão judiciária)

Foram informados 3.074 processos Meta 2 pendentes de julgamento.

O número correto é 1.035. Foi verificado na inspeção que a Meta 2 está concentrada na classe Procedimento Comum. Verificou-se que as outras classes estão classificadas incorretamente no Procedimento Comum.

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6. METAS E DIRETRIZES DA CNJ/2023

6.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Não relata processo suspenso em razão da pendência de julgamento por Corte Superior.

6.2. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

A orientação da unidade é que a retomada do andamento dos processos suspensos para formação de precedente vinculante se dê de forma imediata, no máximo 30 dias.

6.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Informa que se dá por meio de Boletim de precedentes no site do STJ, canal de precedentes do STJ no Telegram e boletins do NUGEPNAC do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

6.4. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

6.5. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Prejudicado

6.6. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Prejudicado

6.7. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza *diligente e eficiente verificação* do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Prejudicado

6.8. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Prejudicado

6.9. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Prejudicado

6.10. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Prejudicado

6.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

6.12. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

6.13. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

6.14. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:

7.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?

Foi informado que são presencial, telefone, email e reunião virtual pelo teams.

7.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

A unidade informou que durante o período de conversão dos autos físicos para o suporte eletrônico, os autos migrados e pendentes de regularização eram encaminhados para uma pasta do PJe denominada “migrados”. Entretanto, como houve a ativação de todos os processos convertidos, a referida pasta foi excluída do sistema PJe.

7.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? identificar

Informou as etiquetas “GAB-CAROL, GAB- LETICIA, GAB- RAFAEL, GAB- MARINA, GAB- FABIO MARÇAL”.

A unidade foi orientada a elaborar etiquetas a partir de características outras de importância para o planejamento da unidade, não utilizando nomes do corpo funcional.

Foi sugerido que a unidade formule etiquetas com base características importantes visando distribuição de tarefas e análise em lote, dentre outros objetivos. Esclareceu-se que as etiquetas devem ser formuladas com base em regras, e que estas regras de formulação devem ser anotadas e do conhecimento de todos, de modo a orientar eventuais novos servidores e juízes.

7.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

Constatou-se que um dos processos consultados possuía movimentações constantes e regulares, porém constava suspenso. É um processo com data de autuação de 1986. O processo possuía movimentações mesmo na suspensão.

7.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Prejudicado

7.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

A unidade informou que havia 22.747 notificações, número obtido mediante a soma das notificações de todos os agrupadores (petições avulsas não lidas, processos com habilitações nos autos não lidas, documentos não lidos, mandados devolvidos pelo oficial de Justiça, processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciados, processos sob análise de prevenção) utilizando o parâmetro “buscar resultados desde sempre”.

A unidade foi instruída a incluir a consulta dos agrupadores em seu planejamento periódico, tendo em vista que permite visualizar expedientes recentes conforme entrada da demanda, concedendo agilidade à unidade. Na ocasião, foi dado o exemplo da desistência ou do acordo extrajudicial, que serão solicitados por petição que podem ser detectadas precocemente pelo uso dos agrupadores. Foi destacado o Agrupador “Prevenção”, exclusivo do gabinete.

7.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?

Informou que o gabinete somente teve ciência desta necessidade a partir do expediente encaminhado pela corregedoria em abril de 2023.

7.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

A unidade informou que irá definir a meta com base no plano de ação e nas reuniões a serem realizadas semanalmente a partir da inspeção da Corregedoria.

7.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

Foram realizadas apenas 4 audiências no mês de abril de 2023: 2 na modalidade presenciais, uma na modalidade virtual e uma híbrida.

O único processo em que o referido ato processual foi realizada de forma virtual se tratava de audiência de conciliação inicial.

Registre-se que nas audiências virtuais, o magistrado sempre se encontrava fisicamente na unidade e admitia a participação das partes e interessados que optassem por participar de forma presencial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Foi relatado que não havia audiência agendada para o presente mês.

7.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?

Informou que sim

7.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Relatou 01/09/2023.

A inspeção destacou que com esta pauta alongada os processos fatalmente irão entrar em PP+100, sendo orientada a trabalhar estrategicamente com as etapas dos processos (atos), evitando o expediente de certidões. Neste contexto, foi orientada a desenvolver etapas no Plano de Ação e movimentar o processo com base nestas etapas, de forma a, ao agendar a audiência, não permitir paralisação do processo, evitando também certidão que constata paralisação do processo, que é expediente que serve somente para driblar o registro de processos paralisados do PJE.

Destacou também, tendo em vista o respondido nos itens 7.9 a 7.11, que não há motivo para pauta alongada se durante o mês de maio de 2023 a unidade sequer possuía audiência em pauta.

7.13. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?

A unidade respondeu que sim. Na ocasião, foi identificada servidora que iniciou curso de mediação, sem, ainda, tê-lo concluído. A servidora foi incentivada a concluir o curso, pois é visto que sua atuação como conciliadora formada tem potencial de auxiliar a unidade.

7.14. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

A unidade relatou que não, informando que as partes, especialmente grandes litigados, têm estado muito avessos a fechar acordos. Na ocasião, foi orientada a separar processos em lotes, a partir de dez, em que houvesse chance para conciliação, para submetê-los ao CEJUSC, medida esta que também auxilia na redução da pauta de audiência.

7.15. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?

A unidade informou que sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7.16. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

Foram informados 166 baixados.

8. CORREIÇÃO ANUAL:

8.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial:

A unidade informou que realizou em 14 a 18 de dezembro de 2020, e complementou esclarecendo que está prestes a finalizar sua correição anual referente ao ano anterior.

8.2. Existem registros de recomendações pela Corregedoria em decisão correicional referente a última correição ordinária anual realizada pela unidade judicial? Identificar as não cumpridas

A unidade anotou o seguinte:

- *Envidar esforços no sentido que a Meta 01/2021 – CNJ continue a ser cumprida até o prazo final (31/12/2021): **cumprida**, tendo a unidade obtido o índice de 101,74%.*
- *Envidar esforços no sentido de que a Meta 02/2021 – CNJ (identificar e julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017) : **não foi cumprida**, uma vez que a unidade alcançou o índice de 82,69% na aludida meta.*
- *Especificar os problemas com os equipamentos de informática que acarretam atraso do trabalho, bem como informar as providências tomadas junto à STI quanto à resolução dos problemas, e reiterar pedido quanto a aquisição de equipamento ou resposta ao expediente da unidade: **Cumprida**.*
- *Informar plano de ação, descrevendo providências adotadas quanto à baixa processual, sendo indispensável que conste prazo para a execução do plano, não superior a 30 (trinta) dias: **Cumprida**.*
- *Movimentar os 895 (oitocentos e noventa e cinco) processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em gabinete: **parcialmente cumprida**.*

Belém – PA, conforme data de assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE
SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.07.11 13:16:49 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272

Assinado de forma digital por BRENO
PECK DE BARROS MELLO:74290452272
Dados: 2023.07.11 14:26:17 -03'00'

Breno Peck de Barros Mello
Analista da CGJ